



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001088-20.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 2ª Vara da comarca de Imbituba

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 31/2016-CGJ

Período da correição: 5-9-2016 a 7-11-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinato Schappo

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Imbituba

Unidade: 2ª Vara

Municípios integrantes: Imbituba

Juiz titular: Taynara Goessel

Chefe de cartório: Fabrício Manoel Teixeira

Última correição por equipe da CGJ/SC: 0011559-66.2014.8.24.0600 (28-7-2014 a 1-8-2014)

Competência: Resolução n. 7/2011-TJ: Art. 2º Compete ao Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Imbituba: I - processar e julgar: a) os feitos criminais e as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à Fazenda Pública (art. 99 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); d) as ações constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e habeas data); e) as ações acidentárias (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil) e as previdenciárias (art. 129, II, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991); f) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); g) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979).

Entrância: Final



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

Indicador	Total
1.1.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	17.680
1.1.2 Processos em andamento	15.101
1.1.3 Procedimentos em andamento	2.579

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência Outubro de 2016 (fl. 94).

b) Destaca-se que do total de 12.212 processos, 11.940 referem-se à ações de execução fiscal municipal e 272 às ações de execução fiscal estadual que tramitam junto à Divisão de Tramitação Remota de Execuções Fiscais, as quais não são objeto deste relatório.

c) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 7.286 referem-se a processos de Execução Fiscal.

d) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 1.853 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

Indicador	Total
1.2.1 Processos em andamento + procedimentos em andamento	5.688
1.2.2 Processos em andamento	3.369
1.2.3 Procedimentos em andamento	2.319

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência Outubro de 2016.

b) Destaca-se que do total de 12.212 processos eletrônicos, 11.940 referem-se à ações de execução fiscal municipal e 272 às ações de execução fiscal estadual que tramitam junto à Divisão de Tramitação Remota de Execuções Fiscais, as quais não são objeto deste relatório.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos conclusos

Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1 Quantidade total de processos com o juiz	15	116	131

Observações

a) Informações obtidas em 08/11/2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

Indicador	Total	Média
1.4.1 Janeiro a dezembro de 2014	2.934	244,50
1.4.2 Janeiro a dezembro de 2015	2.934	244,50
1.4.3 Janeiro a setembro de 2016	2.090	232,22

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos



	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	2.156
	Cível - Genérico - Processo	
1.5.1.1	Ag. Análise do Cartório	16
1.5.1.2	Ag. Audiência	3
1.5.1.3	Ag. Digitalização	1
1.5.1.4	Ag. Encerramento do Ato	96
1.5.1.5	Ag. Prazo	197
1.5.1.6	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	2
1.5.1.7	Recebido do Juiz - Decisão	27
1.5.1.8	Recebido do Juiz - Despacho	175
1.5.1.9	Recebido do Juiz - Sentença	5
	Criminal - Genérico - Processo	
1.5.1.10	Ag. Análise do Cartório	23
1.5.1.11	Ag. Audiência	7
1.5.1.12	Ag. Encerramento do Ato	31
1.5.1.13	Ag. Prazo	141
1.5.1.14	Com Classe Alterada	10
1.5.1.15	Cumprir - Urgente	2
1.5.1.16	Cumprir Audiência	1
1.5.1.17	Recebido Contadoria	1
1.5.1.18	Recebido do Juiz - Decisão	132
1.5.1.19	Recebido do Juiz - Despacho	115
1.5.1.20	Recebido do Juiz - Sentença	47
1.5.1.21	Recebido do Tribunal/Turma	4
1.5.1.22	Remetidos à Delegacia de Polícia	82
1.5.1.23	1ª Hasta Pública	1
	DTR - Fiscal - Seção I - Processo	
1.5.1.24	Aguardando Análise do Chefe de Seção	27
1.5.1.25	Aguardando Mandado - Oficial de Justiça	1
1.5.1.26	Recebido Contadoria	1
	Execução Fiscal - Processos	
1.5.1.27	Ag. Análise do Cartório	3
1.5.1.28	Ag. Encerramento do Ato	92
1.5.1.29	Ag. Impressão - Vara	2
1.5.1.30	Ag. Prazo	30
1.5.1.31	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	2
1.5.1.32	Recebido Contadoria	2
	Execução Penal - Processo	
1.5.1.33	Ag. Encerramento do Ato	7
1.5.1.34	Ag. Prazo	28
1.5.1.35	Ag. Prisão	10
1.5.1.36	Com Classe Alterada	2
1.5.1.37	Cumprir - Urgente	2
1.5.1.38	Medida de Segurança/Internação	1
1.5.1.39	Petição Inicial	2
	Juizado Especial Criminal - Processo	
1.5.1.40	Ag. Análise do Cartório	217



1.5.1.41	Ag. Antecedentes e Histórico	4
1.5.1.42	Ag. Audiência	35
1.5.1.43	Ag. Avaliação	40
1.5.1.44	Ag. Encerramento do Ato	130
1.5.1.45	Ag. Prazo	23
1.5.1.46	Análise do Cartório - Trânsito em Julgado	1
1.5.1.47	Com Classe Alterada	4
1.5.1.48	Recebido Contadoria	5
1.5.1.49	Recebido do Juiz - Decisão	2
1.5.1.50	Recebido do Juiz - Despacho	247
1.5.1.51	Recebido do Juiz - Sentença	15
1.5.1.52	Recebido Serviço Social	23
1.5.1.53	Remetidos à Delegacia de Polícia Juizado Especial Fazendário - Processo	69
1.5.1.54	Ag. Encerramento do Ato	3
1.5.1.55	Ag. Prazo	2
1.5.1.56	Recebido do Juiz - Sentença	5

Observações

a) Informações obtidas em 08/11/2016.

b) Na data de 8/11/2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:

b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 259 processos na fila. O mais antigo data de 11/4/2014.

b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos nessa fila.

b.3) Cumprir urgente: existem 130 processos na fila. O mais antigo data de 16/3/2016.

b.4) Recebido do Juiz.

Recebido do Juiz - Despacho: existem 1.303 processos na fila. O mais antigo data de 17/6/2015.

Recebido do Juiz - Decisão: existem 297 processos na fila. O mais antigo data de 18/6/2014.

Recebido do Juiz - Sentença: existem 298 processos na fila. O mais antigo data de 4/6/2015.

b.5) Escrivão: existem 6 processos na fila. O mais antigo data de 11/10/2016.

b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 56 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.

b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (██████████, ██████████, ██████████, ██████████, ██████████) e ██████████, todos em segredo de justiça), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNCGJ.

b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0001080-07.2016.8.24.0030, 0000324-32.2015.8.24.0030, 0000942-40.2016.8.24.0030, 0001249-41.2016.8.24.0030 e 0000324-32.2015.8.24.0030), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.

Fila Petição intermediária

b.9) Ag. Análise - Juntada Automática: existem 766 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 14/7/2016.

b.10) Ag. Análise - Petições Diversas: existem 244 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 12/2/2016.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO



MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	7.802	6.230
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	41,90%	35,24%
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: 19/09/1990)		
1.6.2.1	1990	2	1
1.6.2.2	2005	2	1
1.6.2.3	2006	10	5
1.6.2.4	2007	2	1
1.6.2.5	2008	28	14
1.6.2.6	2009	211	152
1.6.2.7	2010	102	79
1.6.2.8	2011	50	34
1.6.2.9	2012	237	205
1.6.2.10	2013	256	180
1.6.2.11	2014	952	795
1.6.2.12	2015	1.954	2.572
1.6.2.13	Total	3.806	4.039

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
 - Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).
 - Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016. (fls. 12-14)
 - Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016. (fls. 95-97 e 98-183)
- d.1) Destaca-se que do total de processos sem movimentação há mais de 180 dias, 2.248 apresentam local físicos "Cartório - Cumprir despacho", 427 apresentam local físico "Cartório - Recebido do Juiz" , 259 apresentam local físico "Cartório - Aguardando" 242 apresentam local físico "Cartório - Recebido do Advogado", 233 apresentam local físico "Cartório - Recebido da Distribuição", 200 apresentam local físico "Cartório - Mesa 02", 166 apresentam local físico "Delegacia de Polícia", 129 apresentam local físico "Advogado", 125 apresentam local físico "Fazenda Pública", 100 apresentam local físico "Cartório - Aguardando AR", 97 apresentam local físico "Cartório - Aguardando mandado", 84 apresentam local físico "Cartório - Aguardando carta precatória".

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	0	0
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	0	0
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	1.915	1.456
1.6.6	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	8	0



1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais	1.252	-
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013	2	-
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013	14	-

Observações

- Itens 1.6.3 e 1.6.4: não se aplica em face da competência da unidade.
- Itens 1.6.5 e 1.6.6: padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Primeira verificação em 29/08/2016. (fls. 15-32)
 - Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de abril de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
- Segunda verificação em 08/11/2016. (fls. 184-185)
 - Itens 1.6.7 a 1.6.9: por inconsistência do sistema não foi possível a extração dos relatórios correspondentes.

PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/07/2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico	537	409
	Petição Intermediária	3.297	1.959
	Mandados	223	197
	AR	447	403

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
- Primeira verificação em 29/08/2016. (fl. 33)
- Segunda verificação em 08/11/2016. (fl. 186)

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO



Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11 Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	2
1.6.12 Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	17
1.6.13 Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	11
1.6.14 Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	27
1.6.15 Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	0	45

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 29/08/2016.
- 1) Itens 1.6.11 a 1.6.15: os relatórios não eram extraídos ao tempo da primeira verificação.
- Segunda verificação em 08/11/2016. (fls. 187-192)

MANDADOS

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.16 Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	255	157

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 29/08/2016. (fls. 34-40)
- Segunda verificação em 08/11/2016. (fls. 193-197)

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.17 Outros setores				
1.6.17.1 Contadoria	16	0	0	0
1.6.17.2 Contadoria - Custas Finais	0	0	1	0
1.6.17.3 Distribuição	8	0	0	0
1.6.17.4 Ministério Público	341	144	315	139
1.6.17.5 Petição Inicial - Ag. Digitalização	9	0	15	9
1.6.17.6 Serviço Social	5	0	2	0

Observações

- Primeira verificação em Julho de 2016 (fl. 41).
- Segunda verificação em Outubro de 2016 (fl. 198).



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+100d	Total	+100d
1.6.18 Quantidade total de processos em carga	2.394		2.160	
Local	Total	+100d	Total	+100d
Cargas internas				
1.6.18.1 Assistente Social	2	2	1	1
1.6.18.2 Cartório da Distribuição	74	72	84	73
1.6.18.3 Contadoria	147	42	107	39
1.6.18.4 Juiz Antônio Carlos Ângelo	5	5	3	3
1.6.18.5 Juiz Janiara Maldaner Corbetta	1	1	0	0
1.6.18.6 Juiz Jaqueline Fátima Rover	142	49	40	8
1.6.18.7 Juiz Luiz Carlos Cittadin da Silva	1	1	0	0
1.6.18.8 Juiz Naiara Brancher	5	5	0	0
1.6.18.9 Juiz Rachel Bressan Garcia Mateus	1	1	0	0
1.6.18.10 Juiz Rui César Lopes Peiter	13	13	0	0
1.6.18.11 Juiz Taynara Goessel	449	77	73	9
1.6.18.12 Ministério Público	142	20	157	43
Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.18.13 Advogado	414	277	350	216
1.6.18.14 Distrito Policial	140	139	142	139
1.6.18.15 Perito	12	1	13	5
1.6.18.16 Porteiro / Leiloeiro	0	0	1	0
1.6.18.17 Procuradoria	846	381	1.189	366

Observações

- Primeira verificação: mês de referência Julho de 2016 (fl. 42).
- Segunda verificação: mês de referência Outubro de 2016 (fl. 199).
- Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

Indicador	Valor			
	Primeira verificação		Segunda verificação	
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.19.1 Cartório - Recebido do Advogado	599	221	1.190	714
1.6.19.2 Cartório - Recebido do Contador	86	44	43	41
1.6.19.3 Cartório - Recebido do Juiz	1.262	1.000	1.428	1.024
1.6.19.4 Cartório - Recebido do Promotor	7	4	4	4
Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.19.5 Cartório - Ag. confecção de relação	0	0	0	0
1.6.19.6 Cartório - Aguardando	501	474	354	343
1.6.19.7 Cartório - Aguardando AR	167	141	161	131
1.6.19.8 Cartório - Aguardando carta precatória	146	135	118	108



1.6.19.9	Cartório - Aguardando mandado	273	153	343	262
1.6.19.10	Cartório - Aguardando publicação relação	22	22	53	20
1.6.19.11	Cartório - Arquivar	228	150	220	215
1.6.19.12	Cartório - Escaninho Delegacia	1	1	1	1
1.6.19.13	Cartório - Escaninho do Advogado	6	6	7	6
1.6.19.14	Cartório - Escaninho do Juiz	50	30	65	30
1.6.19.15	Cartório - Escaninho do Promotor	49	3	30	6
1.6.19.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	17	9	15	7
1.6.19.17	Cartório - Mesa do Escrivão	98	71	87	81
1.6.19.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	2	2	2	2
1.6.19.19	Cartório - Mesa 01 a 10	335	153	314	303
1.6.19.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	295	123	264	236
1.6.19.21	Cartório - Cumprir despacho	3.244	2.815	3.167	2.960
1.6.19.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.19.23	Cartório - Expedir alvará	65	58	64	59
1.6.19.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.19.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.19.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.19.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.19.28	Cartório - Expedir precatória Organização/juntada	1	1	0	0
1.6.19.29	Cartório - Aguardando Juntada	837	103	230	138
1.6.19.30	Cartório - Aguardando petição	250	146	339	248
1.6.19.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	1	1	1	1

Observações

- Primeira verificação em 29/08/2016 (fl. 43). Escaninho do Juiz (fls. 44-45)
- Segunda verificação em 08/11/2016 (fl. 200). Escaninho do Juiz (fls. 201-202)
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

1.7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador

Primeira
verificação

Segunda
verificação



1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	5.418	5.419
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	1.209	1.206
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	686	681
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	97	97
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	9	9
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	288	283

Observações

a) Padrão de conformidade:

a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.

a.2) Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.

b) Primeira verificação em 29/08/2016. (fls. 46-58)

c) Segunda verificação em 08/11/2016. (fls. 203-215)

1.7.8	Réu Preso Provisório	99	100
	Réu Preso Definitivo	174	194
	Total	273	294

Observações

a) Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.

b) Primeira verificação em 29/08/2016. (fls. 59-66)

c) Segunda verificação em 08/11/2016. (fls. 216-223)

[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Observações

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2 Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Alimentado	Alimentado
1.8.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	Alimentado	Alimentado
1.8.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Alimentado	Alimentado

Observações

a) Primeira verificação em 29/08/2016 (fls. 70-73).

b) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):

b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

b.2) Verificou-se que há 1.992 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 16 estão com a situação "a definir". Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.

c) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

d) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

d.2) Existem 1 estabelecimento penal registrado.

e) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

e.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

e.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 29-8-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

f) Segunda verificação em 08/11/2016 (fl. 326).

g) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):

g.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

g.2) Verificou-se que há 2.055 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 16 estão com a situação "a definir". Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA.



h) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

h.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

i) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

i.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

i.2) Existe 1 estabelecimento penal registrado.

j) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

j.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

j.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 8-11-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	-	-

Observações

a) Item 1.9.1: Não se aplica em face da competência da unidade.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 30 de novembro de 2016.

Perla Maria Fusinatto Schappo
Assessora Técnica Correicional - Mat. 9.914

André Pacheco
Analista Jurídico - Mat. 20.683